

A.R. Colombo
Administração e
Participações S.A.

**Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2020**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstração do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	11



KPMG Auditores Independentes

Avenida Carlos Gomes, 258 - 6º andar, salas 601 a 606 - Boa Vista

90480-000 - Porto Alegre/RS - Brasil

Caixa Postal 18511 - CEP 90480-000 - Porto Alegre/RS - Brasil

Telefone +55 (51) 3327-0200

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Conselheiros e Acionistas da
A.R. Colombo Administração e Participações S.A.
Farroupilha - RS

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da A.R. Colombo Administração e Participações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pela omissão das informações descritas na seção a seguir intitulada “base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da A.R. Colombo Administração e Participações S.A em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Conforme nota explicativa nº 12.a e 12.b às demonstrações financeiras, o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2020 apresenta propriedades para investimento no montante de R\$ 57.574 mil e R\$ 17.634 mil na controladora e no consolidado, respectivamente (R\$ 54.954 mil e R\$ 17.922 mil em 31 de dezembro de 2019) que são mensuradas ao custo. De acordo com o CPC 28 - Propriedades para investimento, uma entidade que aplique o método de custo para a mensuração de suas propriedades para investimento deve divulgar, dentre outras informações, o valor justo das propriedades para investimento. A entidade não divulgou o valor justo das propriedades para investimento o que representa um desvio em relação as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada

“Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

Os balanços patrimoniais, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2019 e as demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 02 de abril de 2020, com modificação em função do assunto discutido na seção acima intitulada “base para opinião com ressalva”.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 17 de maio de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/F-7



Cristiano Jardim Seguecio
Contador CRC SP-244525/O-9 T-RS

A.R. Colombo Administração e Participações S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019			31/12/2020	31/12/2019		
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5a	67	68	222.467	27.711	Fornecedores e outras obrigações	-	-	356.934	232.466	
Títulos e valores mobiliários	5b	-	-	5.706	5.759	Empréstimos e financiamentos	15	-	124.073	33.746	
Contas a receber de clientes	6	177	157	676.375	334.069	Arrendamentos a pagar	13	-	26.035	26.094	
Estoques	7	-	-	290.421	203.023	Salários e encargos sociais		79	111	26.338	
Impostos a recuperar	8	212	232	93.438	47.727	Impostos, taxas e contribuições	17	74	44	26.341	
Dividendos a receber	10 e 14	54.882	1.386	-	7.425	IRPJ e CSL Corrente	17	-	-	5.605	
Instrumentos financeiros derivativos	5c	-	-	5.015	-	Tributos parcelados	18	-	-	5.747	
Outras contas a receber		119	13	63.157	25.633	Débitos com partes relacionadas	14	35.040	33.476	37.972	
Total do ativo circulante		55.457	1.856	1.356.579	651.347	Dividendos propostos	17	54.853	423	56.195	
						Outros passivos		72.750	25	139.887	
						Total do passivo circulante		162.796	34.079	805.127	
NÃO CIRCULANTE						NÃO CIRCULANTE					
Depósitos judiciais	16	46	16	14.756	13.909	Fornecedores e outras obrigações		-	-	3.061	
Créditos com partes relacionadas	12	3.576	965	40.857	46.177	Empréstimos e financiamentos	15	-	-	543.739	
Contas a receber de clientes	6	-	-	205.860	57.391	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	9	-	-	85.634	
Impostos a recuperar	8	211	372	217.404	372	Arrendamentos a pagar	13	-	-	44.924	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	-	-	12	22.654	Tributos parcelados	18	-	-	25.519	
Instrumentos financeiros derivativos	5c	-	-	6.098	-	Provisão para riscos tributários cíveis e trabalhistas	16	-	-	28.375	
Investimentos:						Total do passivo não circulante		-	-	731.252	
Em controladas e controladas em conjunto	10	624.097	462.654	-	47.146					130.808	
Outros		-	-	1.603	1.603	PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Propriedade para investimento	12.a	57.574	54.954	17.634	17.922	Capital social		227.000	227.000	227.000	
Intangível	11	33	47	88.587	10.500	Ações em Tesouraria		(83.600)	-	(83.600)	
Imobilizado	12.b	1.365	1.380	120.236	102.183	Reservas de lucros		436.163	261.165	436.163	
Direito de uso de arrendamentos	13	-	-	60.481	73.871	Total do patrimônio líquido atribuível aos controladores		579.563	488.165	579.563	
Total do ativo não circulante		686.902	520.388	773.528	393.728	Participação dos acionistas não controladores		-	-	14.165	
						Total do patrimônio líquido		579.563	488.165	593.728	
TOTAL DO ATIVO		742.359	522.244	2.130.107	1.045.075	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		742.359	522.244	2.130.107	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

A.R. Colombo Administração e Participações S.A.**Demonstrações do resultado**

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto o lucro por ação)

		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	Nota explicativa	2020	2019	2020	2019
OPERAÇÕES					
Receita operacional líquida	21	2.224	2.233	1.542.200	1.212.354
Custo das mercadorias vendidas, da intermediação financeira e dos serviços prestados	22	(931)	(866)	(1.005.876)	(880.580)
LUCRO BRUTO		<u>1.293</u>	<u>1.367</u>	<u>536.324</u>	<u>331.774</u>
Despesas com vendas	23	-	-	(176.535)	(184.761)
Despesas gerais e administrativas	23	(1.867)	(1.955)	(294.569)	(165.674)
Perdas em créditos, líquidas				(37.942)	(5.600)
Outros ganhos (perdas), líquidos	25	-	(46)	154.945	22.124
Resultado de equivalência patrimonial	10	<u>231.506</u>	<u>2.326</u>	<u>22.259</u>	<u>9.976</u>
		229.639	325	(331.842)	(323.935)
LUCRO OPERACIONAL		<u>230.932</u>	<u>1.692</u>	<u>204.482</u>	<u>7.839</u>
Despesas financeiras	24	(1)	-	(34.245)	(17.325)
Receitas financeiras	24	27	90	179.218	7.365
RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO		<u>26</u>	<u>90</u>	<u>144.973</u>	<u>(9.960)</u>
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>230.958</u>	<u>1.782</u>	<u>349.455</u>	<u>(2.121)</u>
Imposto de renda e contribuição social	26	-	-	(27.585)	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26	-	-	(85.222)	3.832
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>230.958</u>	<u>1.782</u>	<u>236.648</u>	<u>1.711</u>
ATRIBUÍVEL A:					
Acionistas controladores				230.958	1.782
Acionistas não controladores				<u>5.690</u>	<u>(71)</u>
				<u>236.648</u>	<u>1.711</u>
LUCRO POR AÇÃO (BÁSICO E DILUÍDO) DURANTE O EXERCÍCIO (EXPRESSO EM R\$ POR AÇÃO)	20			<u>16,77</u>	<u>0,13</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

A.R. Colombo Administração e Participações S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	230.958	1.782	236.648	1.711
Outros resultados abrangentes			-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>230.958</u>	<u>1.782</u>	<u>236.648</u>	<u>1.711</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO ATRIBUÍVEL A:				
Acionistas controladores	230.958	1.782	230.958	1.711
Acionistas não controladores			5.690	71
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>230.958</u>	<u>1.782</u>	<u>236.648</u>	<u>1.782</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

A.R. Colombo Administração e Participações S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais - R\$)

	Atribuível aos acionistas controladores							Participação dos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
	Reserva de lucros				Lucros acumulados	Ações em Tesouraria	Total		
	Capital social	Incentivos fiscais	Legal	Retenção de lucros					
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	227.000	2	26.967	228.768	-		482.737	10.793	493.530
Reversão de dividendos não distribuídos				4.070			4.070	55	4.125
Lucros distribuídos								(26)	(26)
Lucro líquido do exercício					1.782		1.782	(71)	1.711
Destinações:									-
Reserva legal			88		(88)		-		-
Dividendos obrigatórios					(424)		(424)	(13)	(437)
Transferência para reserva de lucros				1.270	(1.270)				-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	227.000	2	27.055	234.108	(0)		488.165	10.738	498.903
Ações em tesouraria						(83.600)	(83.600)		(83.600)
Complemento de dividendos não distribuídos				(1.108)			(1.108)	(30)	(1.138)
Lucros distribuídos								961	961
Lucro líquido do exercício					230.958		230.958	5.690	236.648
Destinações:									-
Reserva legal			11.550		(11.550)		-		-
Dividendos obrigatórios					(54.852)		(54.852)	(3.194)	(58.046)
Transferência para reserva de lucros				164.556	(164.556)		-		-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	227.000	2	38.605	397.556	(0)	(83.600)	579.563	14.165	593.728
							(0)		0

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

A.R. Colombo Administração e Participações S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		230.958	1.782	349.455	(2.121)
Ajustes de:					
Depreciação e amortização		988	919	15.970	15.064
Amortização direito de uso		-	-	26.967	25.693
Crédito Processo Tributário		-	-	(265.305)	-
Alienação de ativo imobilizado e intangível		161	-	185	15.680
Resultado de subsidiárias reconhecidas por equivalência patrimonial	9	(231.506)	(2.326)	(25.521)	(9.976)
Resultado de subsidiárias - variação percentual de participação		-	46	(1.416)	-
Despesas financeiras		-	-	5.887	14.604
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	21	-	-	2.498	1.768
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	6	-	-	(383)	(3.299)
Ajuste a valor presente de clientes, estoques e fornecedores	14	-	-	3.470	485
Receitas não realizadas		-	-	3.625	(1.025)
Participação no resultado dos acionistas não controladores		-	-	(5.691)	71
Provisão (reversão) perda de estoques		-	-	2.088	62
Outros		(211)	-	997	-
		<u>390</u>	<u>421</u>	<u>112.826</u>	<u>57.007</u>
Variações em ativos e passivos:					
Contas a receber de clientes		(20)	(23)	(102.455)	(43.717)
Estoques		-	-	(92.414)	38.339
Impostos a recuperar		231	193	32.992	(33.061)
Depósitos judiciais		(30)	-	(847)	1.255
Créditos com partes relacionadas		(2.611)	(46)	5.320	12.434
Outros ativos		(106)	10	(30.511)	4.928
Fornecedores		-	-	119.697	5.626
Impostos, taxas e contribuições		30	(9)	(5.667)	160
Débitos com partes relacionadas		-	-	2	(53)
Outros passivos		(39)	(669)	(2.481)	5.631
Fluxo de caixa aplicadas nas atividades operacionais		(2.155)	(123)	36.462	48.549
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(12.171)	(3.096)
Juros pagos		-	-	(22.687)	(15.581)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		<u>(2.155)</u>	<u>(123)</u>	<u>1.604</u>	<u>29.871</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS					
Participação no patrimônio líquido dos acionistas não controladores		-	-	-	(55)
Títulos e valores mobiliários		-	-	(4.962)	(2.916)
Adição em investimentos		(524)	-	-	-
Aquisição de controlada, líquida do caixa adquirido no consolidado		-	-	(20.804)	-
Aquisições de imobilizado		(3.579)	(369)	(22.389)	(15.617)
Aquisições de ativos intangíveis		-	(26)	(2.918)	(4.950)
Valor recebido pela venda de imobilizado e intangível		-	-	-	1.454
Dividendos recebidos		17.092	2.599	7.425	26.890
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos		<u>12.989</u>	<u>2.204</u>	<u>(43.648)</u>	<u>4.806</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS					
Novos empréstimos		-	-	340.564	80.764
Novos mútuos com partes relacionadas		-	-	6.900	1.962
Pagamento de empréstimos		-	-	(54.665)	(45.151)
Pagamento de mútuos com partes relacionadas		1.564	(651)	(7.250)	(30.588)
Pagamento de arrendamentos		-	-	(27.989)	(22.879)
Recompra de ações próprias		(10.868)	-	(10.868)	-
Dividendos pagos e lucros distribuídos		(1.530)	(1.500)	(9.892)	(1.553)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		<u>(10.834)</u>	<u>(2.151)</u>	<u>236.800</u>	<u>(17.446)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, LÍQUIDO					
		(1)	(70)	194.756	17.232
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício					
		68	138	27.711	10.479
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	5	<u>67</u>	<u>68</u>	<u>222.467</u>	<u>27.711</u>
		0			

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A A.R. Colombo Administração e Participações S.A. (“Companhia” ou “Grupo”) é uma sociedade anônima fechada sediada na Rua José Achilles Colombo São Roque, 50, Farroupilha, Estado do Rio Grande do Sul. A Companhia tem por objeto a participação e administração, como sócia ou acionista, em outras sociedades, e a locação de bens imóveis.

As partes relacionadas abaixo mencionadas possuem as seguintes razões sociais e podem ser identificadas nessas demonstrações financeiras pelas seguintes denominações:

- Lojas Colombo S.A. - Comércio de Utilidades Domésticas (“Lojas Colombo”).
- Colmagi Atacadista S.A. (“Colmagi”).
- Colombo Motos S.A. (“Colombo Motos”).
- Farroupilha Administradora de Consórcios Ltda. (“Consórcio Farroupilha”).
- Correfar Corretora de Seguros S.A. (“Correfar”).
- Crediare S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento (“Crediare”)*.
- Josema Administração e Participação S.A. (“Josema”)*.

(*) Controlada indireta

a. Impactos do COVID-19

A epidemia (Covid-19) foi considerada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como sendo uma pandemia em 11 de março de 2020 com impactos relevantes na economia no Brasil e no mundo. O surto desencadeou importantes ações de governos e entidades privadas, que somados ao impacto na saúde da população e sistemas de saúde mundial, resultaram em importantes mudanças na vida das pessoas. A Companhia e suas controladas por não serem consideradas atividades essenciais, tiveram que se reinventarem, ampliando seus atendimentos nos canais digitais, operando temporariamente e parcialmente de forma remota. Sempre prezando pela segurança e saúde de seus colaboradores e das comunidades onde atua.

Para garantir a operação de venda e atender a demanda do período, marcado pelo alto volume de negócios e aumento do custo das mercadorias, a principal controlada da Companhia (Lojas Colombo) reforçou a gestão do nível de estoques, assim como readequou sua organização nos pontos de vendas, garantindo distanciamento seguro e evitando aglomerações nas suas filiais, centro de distribuições e no centro administrativo.

Mesmo com todas as restrições nos principais canais de venda físicos de atuação da Companhia, o impacto das vendas foi positivo, resultando no maior e melhor ano da sua história, com recorde em vendas e resultado.

Adicionalmente, de forma preventiva diante das incertezas econômicas, a Companhia e suas controladas reforçaram seus níveis de liquidez através da contratação de linhas de financiamento junto a instituições financeiras com o objetivo de garantir as necessidades de capital de giro, vencimento de obrigações e contas a pagar no ano de 2020.

O grupo Colombo entende que está tomando as medidas adequadas para prevenir a disseminação do COVID-19, bem como assegurar a continuidade dos negócios durante o período que durar a pandemia. Apesar das operações da Companhia não terem sido afetadas de forma negativa até o momento, a Administração não tem como estimar ou prever acontecimentos de eventos futuros relacionados à pandemia, entretanto segue ponderando constantemente os impactos sobre seus negócios.

b. Combinação de negócios – aquisição de controlada por controlada

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para a Companhia. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações pré existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera que sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a estas unidades.

Em 31 de julho de 2020, mediante celebração de Contrato de Compra e Venda, a controlada indireta da Companhia Josema Administração e Participações S.A. (Josema) obteve o controle da Crediare S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento (Crediare), ao adquirir mais 50% das ações dessa entidade. Como resultado, a participação acionária da Josema na Crediare aumentou de 50% para 100%, e, portanto, a Josema obteve o controle da Crediare.

O preço da transação da Financeira adquirida foi de R\$ 81.236, sendo que foi liquidada em sua totalidade em 31 de julho de 2020.

Contraprestação transferida	81.236
Caixa adquirido	60.431
Valor pago líquido do caixa adquirido	20.805

Movimentação do investimento no consolidado da A.R. Colombo:

Saldo em 31 de dezembro de 2019	47.146
Equivalência patrimonial à 50% até a data de aquisição (31.07.2020)	4.226
Valor do investimento em 31.07.2020	51.372
Baixa do investimento em 31.07.2020	(51.372)
Valor do investimento em 31.12.2020	-

A aquisição de controle da Crediare permite a controlada da Companhia Lojas Colombo a possibilidade de oferecer uma linha maior de serviços financeiros e autonomia nas negociações com seus clientes. Espera-se que a aquisição possibilite a controlada da Companhia maior participação no mercado financeiro, através da abertura de novos pontos comerciais. Esse foi o principal objetivo da Companhia com a aquisição do controle.

O laudo de avaliação do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos nesta aquisição, para alocação do pagamento e apuração final do ágio, foi elaborado em conformidade com as normas contábeis CPC 15 (R1) – Combinações de Negócios. Para essa avaliação foi considerada a data-base de 31 de julho de 2020.

A tabela abaixo resume os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição.

	Valor contábil
Ativo	
Circulante	
Caixa e equivalentes	60.431
Clientes	342.756
Créditos tributários	24.092
Outros ativos	66.076
Não circulante	
Imobilizado	571
Intangível	682
Total do ativo	494.608
Passivo	
Circulante	
Empréstimos e financiamentos	35.612
Obrigações trabalhistas	1.628
Obrigações tributárias	11.483
Outros passivos	62.655
Não circulante	
Empréstimos e financiamentos	265.348
Provisões para riscos tributáveis, cíveis e trabalhistas	15.137
Total do passivo	391.865
Total dos ativos identificáveis, líquido	102.745

O ágio reconhecido como resultado da aquisição foi determinado conforme segue:

Valor contábil	102.745
Mensuração de Valor justo dos ativos e passivos	
Software	2.118
Crédito pessoal sem consignação (b)	2.226
Crédito pessoal consignado (b)	10.276
Cartão de crédito (b)	16.809
Crédito direto ao consumidor (b)	23.910
Requisição do contrato de exclusividade (c)	3.210
Total	161.294
Impostos diferidos passivos sobre valor justo dos ativos e passivos identificáveis	(19.906)
Parcela não alocada do ágio	20.878
Ágio apurado na operação líquido de efeito tributário (a)	972

- (a) A Companhia registrou o imposto de renda e contribuição social diferidos passivo sobre as diferenças temporárias, representadas pela mais valia dos ativos intangíveis, considerando as taxas nominais vigentes na data da aquisição no Brasil.
- (b) A carteira de clientes foi avaliada pelo método MEEM (“Multi Period Excess Earnings Method”), que é baseado em um cálculo de desconto de fluxos de caixa dos benefícios econômicos futuros atribuíveis à base de clientes, líquidas das eliminações das obrigações de contribuições implicados em sua geração. A Crediare mantém uma relação comercial regular e recorrente com uma carteira de clientes. Desse modo, o relacionamento com clientes foi considerado como um ativo intangível adquirido na Crediare. Esse relacionamento com clientes é representado por meio das carteiras de crédito mantidas na data-base, tais como: Crédito pessoal sem consignação, crédito pessoal consignado, cartão de crédito e crédito direto ao consumidor.
- (c) Na data-base, a Crediare possuía um contrato em vigor no qual previa-se a exclusividade nos negócios gerados no balcão das Lojas Colombo. Desse modo, a requisição do direito sobre o balcão pelas Lojas Colombo, por meio da sua controlada integral Josema, foi considerado como um ativo intangível adquirido na transação.

Na data da avaliação, a Crediare possui o software Portal de Serviço que foi desenvolvido por terceiro para uso exclusivo em suas operações. Desta forma, o software foi reavaliado por meio do custo de reposição do programa em sua condição de utilização na data da combinação de negócios.

2 Base para elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

2.1 Declaração de conformidade

As presentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 19 de abril de 2021, e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Considerando pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e disposições contidas nas Leis das Sociedades por Ações.

2.2 Método de mensuração

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram mensuradas com base no custo histórico como base de valor, exceto em determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas é o Real (R\$) moeda funcional da Companhia, com os saldos arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis críticas

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas demanda da Administração premissas e estimativas relacionadas à expectativa de eventos futuros, que podem afetar os saldos de ativos, passivos e outras transações, os resultados concludentes eventualmente podem resultar em valores divergentes dessas estimativas. As principais estimativas e julgamentos aplicados para a elaboração destas demonstrações financeiras tem impactos significativos em:

Julgamento	Nota Explicativa
Arrendamentos: Prazo do arrendamento	13
Estimativa	
Perdas estimadas em crédito	3.2.5 e 6
Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos	3.9 e 9
Determinação da vida útil do ativo imobilizado e intangível	3.5, 11 e 12
Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros	3.7
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	3.8 e 16
Aquisição de negócio	1.b

3 Políticas contábeis

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas e resumidas nas respectivas notas explicativas e foram aplicadas de modo consistente nos períodos.

3.1 Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia, de suas controladas diretas e de suas controladas indiretas, Josema Administração e Participações S.A e Crediare S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento, as quais são apresentadas a seguir:

	<u>Participação - %</u>
	2020
Controladas:	
Colmagi	98,2480
Colombo Motos	99,4284
Consórcio Farroupilha	99,0000
Lojas Colombo	97,4185
Josema (i)	100,0000
Correfar	99,8000
Crediare (ii)	100,0000

- (i) Participação de forma indireta por meio da Lojas Colombo.
- (ii) Participação de forma indireta por meio da Josema.

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

a. Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle e influência no negócio. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Transações entre companhias, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (“impairment”) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

3.2 Instrumentos financeiros

3.2.1 Reconhecimento e mensuração inicial

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a categoria de custo amortizado. Esses ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A classificação de ativos financeiros de acordo com o CPC 48 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

3.2.2 Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração.

3.2.2.1 Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso do Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente.

3.2.2.2 Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

O valor presente é calculado com base na taxa efetiva de captação. A referida taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado. Essa taxa em 31 de dezembro de 2020 corresponde em média a 0,83% a.m. (31 de dezembro de 2019 - 0,76% a.m.).

3.2.3 Desreconhecimento

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos, neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da titularidade. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

3.2.4 **Compensação**

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.2.5 **Redução ao valor recuperável (Impairment)**

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma) ou o ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. O teste de “*impairment*” das contas a receber de clientes está descrito na nota nº 6.

3.3 **Estoques**

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado usando-se o método do custo médio ponderado.

Juros embutidos são expurgados do custo de aquisição das mercadorias e devem ser apropriados pela fluência do prazo, dessa forma, o ajuste de passivos, por vezes, implica ajuste no custo de aquisição de ativos.

3.4 Investimentos em controladas

Os investimentos em sociedades controladas na controladora são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecido no resultado do exercício como despesa (ou receita) operacional. Quando necessário, as práticas contábeis das controladas são ajustadas para garantir consistência com as práticas adotadas pela Companhia.

3.5 Ativos intangíveis e ágio

3.5.1 Reconhecimento e Mensuração

a. Ágio

O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

b. Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

3.5.2 Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. O ágio não é amortizado.

As vidas úteis estão divulgadas na nota explicativa 11.

3.6 Imobilizado e propriedade para investimentos

a. Imobilizado

O imobilizado compreende, principalmente, pontos de varejo e escritórios. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

As propriedades para investimento compreendem terrenos e são reconhecidas pelo método de custo.

	Anos
Edificações	20-80
Equipamentos de processamento de dados	4-15
Veículos	5-8
Móveis e utensílios	2-25
Benfeitorias em imóveis	2-10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos (perdas), líquidos" na demonstração do resultado.

b. Propriedade para investimentos

A propriedade para investimento é inicialmente mensurada pelo custo.

Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado.

Quando uma propriedade para investimento anteriormente reconhecida como ativo imobilizado é vendida, qualquer montante reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial é transferido para lucros acumulados.

A receita de aluguel de propriedades para investimento é reconhecida como outras receita pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos concedidos são reconhecidos como parte integrante da receita total de aluguel, durante o prazo do arrendamento.

3.7 Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização são revisados para a verificação de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por "impairment" é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do "impairment", os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido "impairment", são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão na data de apresentação do relatório. O "impairment" é reconhecido na demonstração do resultado na conta de "Outros ganhos (perdas), líquidos".

3.8 Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões para demandas judiciais (trabalhista, civil e impostos indiretos) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor tiver sido estimado com segurança.

As estimativas para a constituição das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são consideradas pela Administração com base na opinião dos advogados da Companhia, onde são analisados fatores como a conjunto das leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais atuais nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico. A realização destas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados contabilmente dependendo do desfecho de cada processo judicial ou administrativo.

3.9 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado.

Nos exercícios de 2020 e de 2019, a alíquota em vigor é de 25% para imposto de renda e 9% para contribuição social.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributaria ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida

3.10 Reconhecimento da receita

As receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa da Companhia de receber pela contrapartida dos produtos e serviços oferecidos aos clientes. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente. A receita bruta é apresentada deduzindo os abatimentos e os descontos, além das eliminações das vendas entre partes relacionadas do ajuste a valor presente.

a. Venda de produtos - varejo

Além do *e-commerce*, a Companhia conta com pontos de vendas e a receita é reconhecida no resultado quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes. As vendas são realizadas à vista, em dinheiro ou cartão de débito, a prazo, com cartões de terceiros ou cartão Colombo, e por financiamentos cedidos pela controlada indireta Crediare.

b. *Vendas de serviços*

As operações de *marketplace* referem-se a uma plataforma única para compras, de maneira que um lojista independente ofereça produtos para que os clientes possam adquirir pelo site da Companhia. A receita de serviços é gerada para a empresa através de um percentual de comissão por cada transação fechada em nosso site, a medida em que as vendas são efetuadas a receita de comissão é reconhecida, a Companhia entende que a obrigação de desempenho é cumprida também nesse momento.

c. *Vendas de produtos e serviços financeiros*

Realizamos operações de crediário próprio, oferta de empréstimos pessoais e financiamentos de vendas pela controlada indireta Crediare e com outras instituições financeiras (saldos de transações ocorridas até 31 de julho de 2020). O resultado das operações é apropriado atendendo as taxas efetivas de juros conforme as vigências dos contratos.

3.11 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral Ordinária.

3.12 Reconhecimento de incentivos fiscais - subvenções para investimento

A receita decorrente de incentivos fiscais é reconhecida no resultado na conta “Receita Subvenção Investimentos” no momento da realização do crédito presumido do ICMS concedido pelo Estado do Paraná. Posteriormente, quando do encerramento do exercício, são destinados à rubrica “Reserva Subvenção de Investimentos” no grupo reserva de lucros, no patrimônio líquido.

3.13 Operações de arrendamento mercantil

Para unificar o modelo de contabilização de arrendamento, a norma IFRS 16 / CPC 06 (R2) exige para todos os contratos no escopo da norma, que os arrendatários reconheçam os passivos assumidos em contrapartida aos respectivos ativos de direito de uso semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros segundo o CPC 06 (R1). A norma inclui algumas isenções de reconhecimento para arrendatários:

- Arrendamentos de ativos de “baixo valor”;
- Arrendamentos de curto prazo (ou seja, com prazo de arrendamento de 12 meses ou menos);
- Arrendamentos compostos por valores variáveis;
- Arrendamentos em que a Companhia não possui o controle sobre o ativo; e
- Arrendamentos com prazo indeterminado.

Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhecerá um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento (isto é, um passivo de arrendamento) e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários são obrigados a reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso.

Os arrendatários também devem reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhece o valor da reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso.

A Companhia realizou a análise de todos os seus contratos e identificou como escopo da norma os contratos de arrendamentos das áreas onde estão instaladas suas lojas, seus centros de distribuição e seu centro administrativo. A partir de 01.01.2019, tais contratos de arrendamento foram reconhecidos como um direito de uso do ativo em contrapartida de um passivo de arrendamento, conforme previsto no pronunciamento.

Ativo direito de uso

Os ativos de direito de uso de arrendamentos foram mensurados ao valor dos passivos de arrendamentos no momento da adoção, acrescidos dos pagamentos antecipados realizados até a data de adoção do CPC 06 (R2). Os efeitos estão divulgados na nota explicativa 13. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com o prazo remanescente dos contratos. O ativo de direito de uso é periodicamente diminuído por perdas por redução ao valor recuperável, se existir, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

Arrendamentos a pagar

Os principais contratos de arrendamento da Companhia referem-se a imóveis onde estão instaladas nossas lojas, centros de distribuição e centro administrativo. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados por uma taxa nominal de juros.

A Companhia utiliza taxas de desconto nominais na mensuração dos seus contratos de arrendamento, com objetivo principal de alinhar sua política contábil à prática majoritariamente adotada pelo mercado. A taxa de desconto nominal corresponde às taxas referenciais de mercado.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela Companhia, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Administração da Companhia identifica, avalia e se protege contra eventuais riscos financeiros em cooperação com suas unidades operacionais. O Conselho de Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

Considerando a natureza dos instrumentos, excluindo-se os instrumentos financeiros derivativos, o valor justo é basicamente determinado pela aplicação do método do fluxo de caixa descontado. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

a. *Risco de mercado*

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado tais como taxa de juros, irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. Considerando que a Companhia não tem ativos significativos em que incidam juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado, exceto a Crediare, a qual possui ativos significativos. Para reduzir ou eliminar riscos de mercado decorrentes de variações de taxas de juros, oriundos da possibilidade de vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas aos seus ativos, a Crediare efetua a captação diária de empréstimos (CDI) junto a uma instituição financeira de mercado, efetuando a gestão de seu fluxo de caixa.

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos de longo prazo. Os empréstimos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros. Conforme demonstrado na nota nº 15, os empréstimos da Companhia são atrelados ao CDI.

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

b. *Risco de crédito*

O risco de crédito decorre principalmente de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes do varejo e serviços, incluindo contas a receber em aberto e operações compromissadas. Para bancos, instituições financeiras e aplicações financeiras, são aceitos somente títulos de entidades com referência no mercado. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pelo Conselho de Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. As vendas para clientes são liquidadas em dinheiro e por meio dos principais cartões de crédito existentes no mercado.

A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu contas a receber.

Com relação a carteira de cartões de crédito, a Companhia tem como política a realização de operações com administradoras de cartões que possuem um custo atrativo e uma estrutura operacional adequada no que tange a riscos inerentes a fraudes.

A exposição máxima ao risco de crédito da Companhia, líquida da provisão para risco de crédito, estão demonstradas nas notas 5 e 6.

c. Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

O Departamento de Finanças monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados:

	Consolidado			
	Fluxo de caixa contratual	Menos de um ano	Um e dois anos	De três e seis anos
Saldos em 31 de dezembro de 2020				
Fornecedores	359.995	356.934	3.061	-
Empréstimos e Financiamentos	667.812	124.073	502.854	40.855
Arrendamentos a pagar	70.959	26.035	35.626	9.298
Total	<u>1.098.766</u>	<u>507.042</u>	<u>514.514</u>	<u>50.153</u>

- (*) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.
- (*) Os encargos com empréstimos e financiamentos estão vinculados à uma taxa variável de 100% a 130% do CDI.

d. Política de gestão de riscos financeiros

A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

A política de gerenciamento de risco da Companhia foi estabelecida pelo Conselho de Administração. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

O Conselho de Administração auxilia a Diretoria Financeira a examinar e revisar informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco.

4.2 Gestão de Capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro podem ser assim sumariados:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Total dos empréstimos e arrendamentos (notas nº 13 e 15)	-	-	738.771	149.769
Menos: caixa e equivalentes de caixa (nota nº 5)	(67)	(68)	(233.188)	(33.470)
Dívida líquida	(67)	(68)	505.583	116.299
Total do patrimônio líquido	579.563	488.165	579.563	488.165
Índice de alavancagem financeira - %	0,01%	0,01%	87,24%	23,82%

e. Instrumentos financeiros por categoria

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros. Seus valores representam uma aproximação razoável dos valores justos. O nível de hierarquia dos ativos e passivos financeiros é o 2.

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Ativos financeiros a custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	67	68	233.188	33.470
Contas a receber de clientes	177	157	925.943	391.460
Outras contas a receber	119	13	63.157	25.633
Total	363	238	1.222.288	450.563

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Passivo financeiro a custo amortizado				
Empréstimos e financiamentos	-	-	667.812	68.484
Arrendamentos a pagar (nota nº 12)	-	-	70.959	81.285
Fornecedores e outras obrigações	-	-	359.995	240.797
Outros Passivos	72.750	25	139.887	31.925
Total	72.750	25	1.238.653	422.491

5 Caixa e equivalentes de caixa e títulos de valores mobiliários

a. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Caixa em espécie	4	7	3.589	215
Depósitos bancários	63	61	211.463	12.314
Aplicações financeiras (*)	-	-	7.415	15.182
Total	67	68	222.467	27.711

(*) Aplicações financeiras CDB - Certificado de depósito bancário com liquidez imediata.

b. Títulos e valores mobiliários

	Consolidado	
	2020	2019
Títulos e valores mobiliários (**)	5.706	5.759
Total	5.706	5.759

(**) O saldo em 31 de dezembro de 2020 corresponde a 5.705 referente a aplicações da controlada Farroupilha Administradora de Consórcio Ltda. em fundos de investimento, com remuneração atrelada ao CDI. E 5.016 da controlada Colombo Moto S.A em investimentos financeiros registrados pelo valor do custo, acrescidos das receitas financeiras auferidas até a data das demonstrações contábeis.

c. Instrumentos financeiros derivativos

				Consolidado
				Valores a receber
Instrumento	Vencimento	Ponta Ativa	Ponta Passiva	31.12.2020
Capital de Giro - Lei 4.131	05.2023	EUR+3% a.a.	PF 8,40% a.a.	11.113
Ativo circulante				5.015
Não circulante				6.098
Total				11.113

6 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Da operação comercial:				
Prestações a receber com financiamento próprio	177	157	33.444	45.587
Cartões de crédito	-	-	268.334	265.155
Outros	-	-	12.323	4.815
Contas a receber de Crédito Direto ao Consumidor Interveniência bancária (CDCI)	-	-	17.305	26.050
Contas a receber Celesc	-	-	760	14.708
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(38.409)	(3.161)
Ajuste a valor presente de clientes	-	-	(11.746)	(13.080)
Prestações a receber com financiamentos Crediare			395.552	-
Receita não realizada	177	157	(917)	(6.274)
Total	177	157	676.375	334.069
Parcela não circulante	-	-	205.860	57.391
Total	177	157	882.235	391.460

- (a) A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa ocorrida no exercício foi como segue:

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Saldos em 1º de janeiro	3.161	4.930
Complemento de provisão para perdas esperadas de crédito	41.302	6.470
Aquisição de controle (Nota 1b)	30.547	-
Baixas efetuadas	(36.601)	(8.238)
Em 31 de dezembro	38.409	3.161

- (b) A composição da despesa com provisão para créditos de liquidação duvidosa - líquida das recuperações ocorridas no exercício, pode ser assim demonstrada:

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Complemento de provisão	69.012	6.470
Recuperação de créditos de clientes	(32.528)	(869)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - líquida das recuperações Nota 22	36.484	5.601

A constituição e a baixa da provisão para contas a receber foram registradas no resultado do exercício como “Provisão em créditos, líquidas”. Os valores debitados à conta de provisão são geralmente baixados quando não há expectativa de recuperação dos recursos.

As outras classes de contas a receber de clientes e demais não contêm ativos “impaired”.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima.

(c) Ajuste a valor presente de clientes:

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	13.081	13.889
Ajuste a valor presente sobre vendas a prazo e/ou cartão parcelado	22.103	30.692
Realização do ajuste a valor presente	<u>(23.438)</u>	<u>(31.501)</u>
	<u>11.746</u>	<u>13.081</u>

O ajuste a valor presente tem como contrapartida a rubrica de contas a receber de clientes e sua realização é registrada como receita de vendas pela fruição do prazo, calculado com base na taxa efetiva de juros das vendas a prazo. A referida taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado. Essa taxa em 31 de dezembro de 2020 corresponde em média a 0,70% a.m. (31 de dezembro de 2019 - 1,09% a.m.).

A composição de contas a receber de clientes por vencimento:

	Consolidado	
	2020	2019
A Vencer		
Até 3 meses	440.291	160.709
De 3 a 12 meses	250.348	155.279
De 1 a 3 anos	159.974	89.566
De 3 a 5 anos	39.477	-
De 5 a 15 anos	<u>12.395</u>	<u>-</u>
Total	<u>902.485</u>	<u>405.554</u>
Vencidos		
Até 30 dias	2.533	2.121
De 31 a 60 dias	1.771	1.716
De 61 a 90 dias	1.690	1.681
Acima de 91 dias	<u>30.167</u>	<u>2.634</u>
Total	<u>36.161</u>	<u>8.153</u>

7 Estoques

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Estoque de mercadorias para revenda	296.787	205.584
Materiais diversos	2.250	1.296
Ajuste ao valor realizável	(3.947)	(734)
Ajuste a valor presente	<u>(4.670)</u>	<u>(3.124)</u>
	<u>290.421</u>	

A alteração na sistemática de apuração e registro contábil do ICMS-ST no estado do Rio Grande do Sul ocasionou uma redução do custo dos estoques adquiridos. A adoção inicial desta nova sistemática implicou em uma redução dos estoques em contrapartida da constituição de créditos de ICMS presumido no montante de R\$28.971. Em 31 de dezembro de 2020 a parcela de ICMS presumido acumulado ao longo do exercício que ainda não foi compensado é de R\$ 12.724. A realização destes créditos será efetuada através de compensação com o próprio tributo.

A Companhia realiza a provisão para perdas nos estoques com base no confronto entre o custo dos produtos e o seu valor médio a mercado descontando os impostos e custos para sua realização.

A movimentação do AVP é como segue:

	Consolidado	
	2020	2019
Saldo inicial em 1º de janeiro	3.124	2.633
AVP sobre compras a prazo	17.855	14.667
Realização do AVP	(16.309)	(14.176)
Saldo em 31 de dezembro	4.670	3.124

8 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
ICMS a Recuperar	-	-	1.568	15.874
ICMS Substituição Recalculo	-	-	12.724	28.971
ICMS a Recuperar Ativo Imobilizado	-	-	313	1.188
PIS e COFINS	-	-	714	-
IRPJ e CSL	212	232	28.850	-
Crédito Processo Tributário	-	-	47.901	-
Outros	-	-	1.368	1.694
Total	212	232	93.438	47.727
Circulante	212	232	93.438	47.727
Não circulante	211	372	217.404	372

O valor a recuperar do “crédito processo tributário” é referente ao êxito no processo de crédito de PIS e COFINS referente à exclusão do ICMS da base de cálculo, vide nota explicativa 25.

Os saldos de ICMS a recuperar são decorrentes de parcelas ainda não compensadas geradas principalmente sobre as aquisições de mercadorias, no montante de R\$1.046. A Companhia possui também créditos apurados sobre a diferença da base de cálculo presumida em relação a base efetiva de ICMS ST. A partir de março de 2019, em decorrência da publicação do decreto nº 54.308 de 6 de novembro de 2018 do Estado do Rio Grande do Sul, o contribuinte substituído nas operações com mercadorias sujeitas à substituição tributária deve apurar mensalmente o montante de ICMS ST gerado nas aquisições de mercadorias (ICMS presumido), possibilitando

o creditamento deste valor já o montante apurado sobre o valor que foi revendida a mercadoria ao consumidor final (ICMS efetivo) constitui uma obrigação tributária ao contribuinte de efetuar o recolhimento. O impacto desta mudança traz uma redução no custo dos estoques referente a parcela do crédito de ICMS presumido gerado nas aquisições de mercadorias, possibilitando a compensação com o próprio tributo apurado a partir das vendas de mercadorias. Em 31 de dezembro de 2019 a parcela ainda não compensada do ICMS presumido gerada no exercício corrente foi de R\$28.971. Em 31 de dezembro de 2020 a parcela de ICMS presumido acumulado ao longo do exercício que ainda não foi compensado é de R\$ 12.724. A realização destes créditos será efetuada através de compensação com o próprio tributo.

9 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Os saldos de impostos de renda e contribuição social diferidos apresentam-se como segue:

Adições temporárias	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Provisão Crédito Liquidação Duvidosa	-	-	4.581	2.744
Provisão Crédito Cartão de Crédito	-	-	774	278
Taxa Administrativa Cartão de Crédito	-	-	5.809	5.450
Provisão Cont. Cíveis e Trabalhistas	-	-	10.570	10.762
Fundo Diretoria a Pagar	-	-	237	142
Perda Estimada para Redução do Valor Recuperável	-	-	4.179	710
Ajuste a Valor Presente Clientes	-	-	11.854	13.080
Ajuste a Valor Presente Estoques	-	-	5.377	3.676
<i>Impairment</i>	-	-	675	567
Vendas Faturadas Não Entregues	-	-	917	5.939
Efeito Líquido de Depreciação e Juros (IFRS 16) com o pagamento de arrendamento	-	-	3.657	2.814
Provisão para honorários advocatícios	-	-	15.921	222
	-	-	-	-
Total base de cálculo	-	-	64.552	46.383
Imposto de renda à alíquota 25%	-	-	16.138	11.596
Contribuição social à alíquota 9%	-	-	5.810	4.175
Imposto de renda sobre Prejuízo Fiscal	-	-	7.010	8.294
Contribuição Social sobre Base de Cálculo Negativa	-	-	2.523	2.950
	-	-	-	-
Total impostos diferidos ativos	-	-	31.480	27.014

**A.R. Colombo Administração
e Participações S.A.**
*Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2020*

Exclusões temporárias

Credito PIS e COFINS (Nota 8)	-	-	265.305	-
Ajuste a Valor Presente Fornecedores	-	-	3.181	3.858
Provisão para resultado positivo c/ Swap	-	-	11.113	-
Efeito de aquisição de controlada	-	-	58.548	-
Depreciação e Amortização pela vida útil remanescente	-	-	5.418	6
Impostos s/Vendas Não Entregues	-	-	178	1.399
CMV S/Vendas a Entregar	-	-	595	6.847
Despesas s/Vendas Não Entregue	-	-	87	715
Total base de cálculo	-	-	344.423	9.530
Imposto de renda à alíquota 25%	-	-	86.106	3.206
Contribuição social à alíquota 9%	-	-	30.998	1.154
Imposto de renda sobre Prejuízo Fiscal	-	-	-	-
Contribuição Social sobre Base de Cálculo Negativa	-	-	-	-
Total impostos diferidos passivos	-	-	(117.104)	(4.360)
Total impostos diferidos líquidos	-	-	(85.623)	22.654

A estimativa de realização do imposto de renda e de contribuição social diferidos para o crédito tributário em 2021 e para os demais são nos próximos cinco anos.

Controladora e Consolidado

Ano	Ativo
2021	9.981
2022	4.902
2023 a 2026	16.597
Total	31.480

10 Investimentos em controladas

a. Informações sobre investimentos

31 de dezembro de 2020											
Participações diretas	Ativo	Passivo	Receita Bruta	Capital social realizado	Patrimônio líquido	Lucro (Prejuízo) do exercício	Quantidade total de ações/quotas	Participação direta - %	Saldo do investimento	Equivalência Patrimonial	Dividendos a receber
Colmagi Atacadista S.A.	21.345	21.345	3.160	15.400	19.059	1.519	11.997	98,248	18.725	1.492	354
Colombo Motos S.A.	129.094	129.094	46.793	7.000	29.274	5.540	4.960.000	99,5713	29.149	5.516	1.379
Farroupilha Administradora de Consórcios Ltda.	63.032	63.032	14.289	10.000	47.313	(1.599)	50	99	46.840	(1.583)	-
Correfar Corretora S.A.	725	725	63	50	711	46	50	99,8	710	46	11
Lojas Colombo S.A.	1.878.184	1.878.184	1.870.867	190.000	541.904	231.689	4.061	97,5586	528.674	226.034	53.138
						237.195			624.097	231.506	54.882
31 de dezembro de 2019											
Participações diretas	Ativo	Passivo	Receita Bruta	Capital social realizado	Patrimônio líquido	Lucro (Prejuízo) do exercício	Quantidade total de ações/quotas	Participação direta - %	Saldo do investimento	Equivalência Patrimonial	Dividendos a receber
Colmagi Atacadista S.A.	25.517	616	3.556	15.400	24.900	1.912	11.997	98,248	24.464	1.879	446
Colombo Motos S.A.	109.147	84.962	35.266	7.000	24.185	3.930	4.960.000	99,4284	24.047	3.908	928
Farroupilha Administradora de Consórcios Ltda.	64.460	15.548	15.177	10.000	48.912	2.094	50	99	48.423	2.073	-
Correfar Corretora S.A.	728	16	62	50	711	50	50	99,8	710	50	12
Lojas Colombo S.A.	806.186	431.503	1.524.387	190.000	374.683	(5.732)	4.061	97,4185	365.011	(5.584)	-
						-			462.654	2.326	1.386

b. Movimentação dos investimentos

	Controladora					Total
	Colmagi	Colombo Motos	Farroupilha Consórcio	Correfar	Lojas Colombo	
Saldos em 31 de dezembro de 2018	24.489	19.278	46.349	1.164	368.871	460.151
Reversão de dividendos	-	1.789	-	-	1.770	3.559
Resultado da equivalência patrimonial	1.879	3.908	2.073	50	(5.584)	2.324
Resultado da equivalência patrimonial - variação de participação	-	-	-	-	(46)	(46)
Dividendos propostos	(446)	(928)	-	(12)	-	(1.386)
Dividendos complementares	(1.457)	-	-	(492)	-	(1.949)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	24.465	24.046	48.422	710	365.011	462.654
Reversão de dividendos	-	928	-	-	-	928
Resultado da equivalência patrimonial	1.492	5.508	(1.582)	46	225.708	231.173
Resultado da equivalência patrimonial - variação de participação	-	45	-	-	849	894
Dividendos propostos	(354)	(1.379)	-	(11)	(53.138)	(54.882)
Dividendos complementares	(6.878)	-	-	(36)	(9.756)	(16.670)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	18.725	29.149	46.840	709	528.674	624.097

	Consolidado	
	Crediare	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	68.429	68.429
Resultado da equivalência patrimonial	9.976	9.976
Aquisições de investimentos	-	-
Dividendos propostos	(9.170)	(9.170)
Dividendos complementares	(22.087)	(22.087)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	47.146	47.146
Resultado da equivalência patrimonial à 50% até a data de aquisição (nota 1b)	4.226	4.226
Valor do investimento em 31.07.2020	51.372	51.372
Baixa do investimento em 31.07.2020	(51.372)	(51.372)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	-	-

c. Outras informações sobre investimentos

(i) Colmagi

A Colmagi, constituída de acordo com deliberação da Diretoria, é uma empresa de capital fechado, que desenvolve atividades de comércio, por atacado, de produtos e equipamentos eletrônicos e de móveis em geral, representações comerciais em geral, a representação por conta de terceiros, a administração de bens próprios, participação no capital de outras empresas, assim como a administração de negócios de franquia.

(ii) Colombo Motos

A Colombo Motos, constituída de acordo com deliberação da Diretoria, é uma empresa de capital fechado, que desenvolve atividades de comércio de motos.

(iii) Farroupilha Administradora de Consórcio

O Farroupilha Administradora de Consórcio, constituído de acordo com deliberação da Diretoria, é uma empresa de capital fechado, que desenvolve atividades de venda de consórcios.

(iv) Lojas Colombo

A Lojas Colombo constituída de acordo com deliberação do Conselho de Administração da Companhia, é uma empresa de capital fechado, que desenvolve atividades de comércio de produtos eletrodomésticos, móveis em geral, pneus e peças automotivas e a participação em outras empresas cujos objetivos são operações de crédito e de seguros aos produtos comercializados, como atividades complementares e assessorias ao negócio principal.

(v) Josema (controlada indireta)

A Josema, constituída de acordo com deliberação do Conselho de Administração da Companhia, é uma empresa de capital fechado, que desenvolve atividades de participações no capital de outras sociedades, com capital inicial de propriedade exclusiva e totalmente integralizado pela Lojas Colombo. A Josema detém o controle conjunto da Crediare.

(vi) Crediare (controlada indireta)

A Crediare, instituição financeira privada nacional tem por objeto a prática de operações de crédito, financiamento e investimento, mediante a utilização de recursos próprios e de terceiros. Atua no mercado financeiro voltada basicamente ao crédito direto ao consumidor das vendas parceladas das Lojas Colombo e com empréstimos a pessoas físicas, com utilização de recursos captados junto ao Banco Bradesco S.A.

11 Intangível – Consolidado

a. Composição do saldo

	Consolidado								
	Crédito pessoal sem consignação	Crédito pessoal consignado	Cartão de crédito	Crédito direto ao consumidor	Ágio	Requisição do contrato de exclusividade	Software adquiridos	Direito de utilização de imóveis	Total
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2019	-	-	-	-	-	-	9.566	35	9.601
Aquisições	-	-	-	-	-	-	4.922	-	4.922
Amortizações	-	-	-	-	-	-	(4.068)	(10)	(4.078)
Saldo contábil, líquido	-	-	-	-	-	-	10.421	25	10.446
Em 31 de dezembro de 2019	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo total	-	-	-	-	-	-	36.160	4.294	40.454
Amortização acumulada	-	-	-	-	-	-	(24.541)	(4.269)	(28.810)
Saldo contábil, líquido	-	-	-	-	-	-	11.619	25	11.644
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2020	-	-	-	-	-	-	11.619	25	11.644
Aquisições	-	-	-	-	-	-	4.086	-	4.086
Aquisição de controle (Nota 1.b)	2.226	10.276	16.809	23.910	20.878	3.210	2.800	-	80.109
Amortizações aquisições	(63)	(157)	(362)	(684)	-	-	(88)	-	(1.354)

Consolidado									
	Crédito pessoal sem consignação	Crédito pessoal consignado	Cartão de crédito	Crédito direto ao consumidor	Ágio	Reaquisição do contrato de exclusividade	Software adquiridos	Direito de utilização de imóveis	Total
Amortização	-	-	-	-	-	-	(3.683)	(11)	(3.694)
Saldo contábil, líquido	<u>2.163</u>	<u>10.119</u>	<u>16.447</u>	<u>23.226</u>	<u>20.878</u>	<u>3.210</u>	<u>14.734</u>	<u>14</u>	<u>90.791</u>
Em 31 de dezembro de 2020									
Custo total	2.226	10.276	16.809	23.910	20.878	3.210	43.549	4.294	125.152
Amortização acumulada	<u>(63)</u>	<u>(157)</u>	<u>(362)</u>	<u>(684)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(28.815)</u>	<u>(4.280)</u>	<u>(34.361)</u>
Saldo contábil, líquido	<u><u>2.163</u></u>	<u><u>10.119</u></u>	<u><u>16.447</u></u>	<u><u>23.226</u></u>	<u><u>20.878</u></u>	<u><u>3.210</u></u>	<u><u>14.751</u></u>	<u><u>14</u></u>	<u><u>90.791</u></u>
Taxas médias anuais de amortização - %	20	13,8	7,45	10,34	-	13,8	18,27	-	17,03

12 Imobilizado e propriedades para investimento

a. Composição do saldo de propriedades para investimento – controladora

	Terrenos	Edificações	Benefitorias em imóveis próprios	Móveis e utensílios	Equipamento processamento de dados	Obras em andamento	Total
Em 31 de dezembro de 2018	18.241	35.534	1.987	3	1	14	55.780
Aquisição	-	-	284	-	-	8	292
Transferência	-	-	-	-	-	-	-
Depreciações	-	(588)	(329)	-	-	-	(917)
Saldo contábil, líquido	<u>18.241</u>	<u>34.946</u>	<u>1.942</u>	<u>3</u>	<u>1</u>	<u>22</u>	<u>54.954</u>
Em 31 de dezembro de 2019:							
Custo total	18.241	42.257	3.312	3	1	22	63.836
Depreciação acumulada	<u>-</u>	<u>(7.494)</u>	<u>(1.388)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(8.882)</u>
Saldo contábil, líquido	<u>18.241</u>	<u>34.763</u>	<u>1.924</u>	<u>3</u>	<u>1</u>	<u>22</u>	<u>54.954</u>
Em 31 de dezembro de 2020							
Aquisição	-	-	1.715	99	-	1.768	3.583
Transferência	-	-	-	-	-	-	-
Depreciações	<u>-</u>	<u>(617)</u>	<u>(360)</u>	<u>(1)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(978)</u>
Saldo contábil, líquido	<u>18.241</u>	<u>34.146</u>	<u>3.279</u>	<u>101</u>	<u>1</u>	<u>1.791</u>	<u>57.574</u>
Em 31 de dezembro de 2020:							
Custo total	18.241	42.512	5.069	102	6	1.791	68.710
Depreciação acumulada	<u>-</u>	<u>(8.352)</u>	<u>(1.789)</u>	<u>(1)</u>	<u>(5)</u>	<u>-</u>	<u>(10.147)</u>
Saldo contábil, líquido	<u>18.241</u>	<u>34.160</u>	<u>3.280</u>	<u>101</u>	<u>1</u>	<u>1.791</u>	<u>57.574</u>

A Companhia realizou correção na reclassificação na apresentação do “imobilizado” para “propriedades para investimento” na controladora, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentado com a finalidade de comparação, no montante de R\$ 37.032. A reclassificação não apresentou qualquer alteração nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa, nas Demonstrações dos Resultados Abrangentes, nas Demonstrações de Resultado, e nas Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido.

b. Composição do saldo de propriedades para investimento – consolidado

	Terrenos	Edificações	Benfeitorias em imóveis	Total da operação	Imobilizado consolidado
Em 31 de dezembro de 2018:					
Custo total	2.238	15.988	178	18.404	18.404
Depreciação acumulada	<u>-</u>	<u>(241)</u>	<u>(41)</u>	<u>(281)</u>	<u>(281)</u>
Saldo contábil, líquido	<u>2.238</u>	<u>15.747</u>	<u>137</u>	<u>18.123</u>	<u>18.123</u>
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2018					
Aquisições	-	77	-	77	77
Alienações	-	-	-	-	-
Depreciações	<u>-</u>	<u>(260)</u>	<u>(18)</u>	<u>(278)</u>	<u>(278)</u>
Saldo contábil, líquido	<u>2.238</u>	<u>15.564</u>	<u>120</u>	<u>17.922</u>	<u>17.922</u>
Em 31 de dezembro de 2019:					
Custo total	2.238	16.065	178	18.481	18.481
Depreciação acumulada	<u>-</u>	<u>(501)</u>	<u>(58)</u>	<u>(559)</u>	<u>(559)</u>
Saldo contábil, líquido	<u>2.238</u>	<u>15.564</u>	<u>120</u>	<u>17.922</u>	<u>17.922</u>
Em 31 de dezembro de 2020:					
Custo total	2.238	16.065	178	18.481	18.481
Depreciação acumulada	<u>-</u>	<u>(771)</u>	<u>(76)</u>	<u>(847)</u>	<u>(847)</u>
Saldo contábil, líquido	<u>2.238</u>	<u>5.294</u>	<u>102</u>	<u>17.634</u>	<u>17.634</u>
Taxas médias anuais de depreciação - %					

c. Composição do saldo imobilizado – consolidado

	Terrenos	Edificações	Benfeitorias em imóveis	Veículos	Móveis e utensílios	Equipamentos de processamento de dados	Total da operação	Obras em andamento	Imobilizado consolidado
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2018	-	1	4.859	5.466	4.895	304	15.525	8	15.533
Aquisições	-	-	25	-	(20)	5	10	-	10
Ajuste ao valor de recuperação ("Impairment")	-	-	-	-	-	-	422	(422)	-
Transferência	-	422	-	-	-	-	-	-	-
Alienações	(14.628)	(715)	(547)	(1.082)	(149)	(12)	(17.133)	-	(17.133)
Depreciações	-	(789)	(4.459)	(1.759)	(2.877)	(814)	10.698	-	10.698
Saldo contábil, líquido	26.218	33.444	14.951	11.958	13.815	1.774	102.161	22	102.183
Em 31 de dezembro de 2019:									
Custo total	26.218	52.959	66.693	20.913	46.081	15.924	228.788	22	228.810
Depreciação acumulada	-	(19.513)	(51.743)	(8.954)	(32.267)	(14.150)	(126.627)	-	(126.627)
Saldo contábil, líquido	26.218	33.446	14.950	11.958	13.815	1.774	102.161	22	102.183
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2020:	26.218	33.446	14.950	11.958	13.815	1.774	102.161	22	102.183
Aquisições	-	-	11.501	1.704	10.063	4.919	28.187	1.768	29.956
Aquisição de controle (Nota 1b)	-	-	-	-	-	571	571	-	571
Transferência	-	-	38	-	-	-	38	(38)	-
Alienações	-	-	(13)	(145)	(26)	(1)	(185)	-	(185)
Depreciações	-	(782)	(4.947)	(1.900)	(3.524)	(802)	(11.955)	-	(11.955)
Saldo contábil, líquido	26.218	32.664	21.530	11.618	20.327	6.460	118.818	1.752	120.570
Ajuste ao valor de recuperação ("Impairment")	-	-	(104)	-	(213)	(17)	(334)	-	(334)
Saldo contábil, líquido	26.218	32.664	21.426	11.618	20.114	6.443	118.484	1.752	120.236
Taxas médias anuais de depreciação - %		7,34	20	10	23,90	22,22	-	-	-

13 Operações de arrendamento

Em 01.01.2019, a Companhia reconheceu ativo de direito de uso e passivo de arrendamentos a pagar em decorrência da adoção das alterações do CPC 06 (R2).

Direito de uso de arrendamentos

Consolidado				
	Período de depreciação	Custo	Depreciação	Valor líquido
Arrendamento de Prédios	Até 2026	98.684	(40.859)	57.825
Arrendamento de Prédios	Até 2030	3.224	(568)	2.655
	Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>101.908</u>	<u>(41.427)</u>	<u>60.481</u>

A mutação do direito de uso de arrendamentos está apresentada a seguir:

	Consolidado
Adoção Inicial	92.846
Adições	6.718
Depreciação	<u>(25.693)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>73.871</u>
Adições	<u>28.436</u>
Baixa	<u>(6.143)</u>
Depreciação	<u>(26.971)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>69.197</u>

Arrendamentos a pagar

	Consolidado		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	26.094	55.191	81.285
Adições	10.228	18.255	28.483
Baixa	(1.897)	(4.640)	(6.537)
Juros provisionados	1.254	-	1.254
Juros pagos	(3.025)	(2.512)	(5.537)
Transferências	21.370	(21.370)	-
Pagamentos	<u>(27.989)</u>	<u>-</u>	<u>(27.989)</u>
Total	<u>26.035</u>	<u>44.924</u>	<u>70.959</u>

a. *Vencimentos dos arrendamentos a pagar apresentados no passivo não circulante*

	Valores não descontados	Juros embutidos	Saldo passivo de arrendamento
2022	19.745	(2.212)	17.533
2023	19.661	(1.569)	18.092
2024	6.068	(568)	5.500

2025	3.283	(183)	3.101
2026	433	(40)	394
2026	318	(14)	304
Total	49.509	(4.585)	44.924

14 Partes relacionadas

Transações e saldos

	Controladora					31/12/2020	31/12/2019
	Lojas Colombo	Colmagi	Correfar	Pessoas físicas	Colombo Motos		
Ativo:							
Contas a receber	1.942	-	-	-	-	1.942	76
Créditos com partes relacionadas	-	1.633	-	-	-	1.633	889
Dividendos a receber	53.138	354	11	-	1.379	54.882	1.386
	55.080	1.987	11	-	1.379	58.457	2.351
Passivo:							
Débitos com partes relacionadas	-	-	-	35.040	-	35.040	33.476
	-	-	-	35.040	-	35.040	33.476
Receitas (despesas):							
Receitas de aluguéis	679	-	-	-	-	679	465
Receita financeiras	-	-	-	-	-	-	49

As transações comerciais com partes relacionadas referem-se a contratos de aluguéis com prazo médio de vigência de cinco anos, remunerados de acordo com o faturamento das respectivas lojas e contratos de mútuo com acionista, sem remuneração e com prazo de vigência indeterminado.

Adicionalmente, a Companhia possui imóvel cujo valor residual registrado nas contas de imóveis e terrenos totalizam R\$ 998.902, que se encontra emprestados para uso por acionista. A Companhia registra despesas cujo benefício econômico ocorre ao acionista controlador, no montante de R\$ 60 referente a despesas administrativas de gestão do imóvel de seu uso, todas excluídas do cálculo do IRPJ e CSLL.

	Consolidado					
	Crediare	Lojas Colombo	Colombo Motos S.A.	Pessoas físicas	31/12/2020	31/12/2019
Ativo:						
Outras contas a receber	5.777	-	35.080	-	40.857	45.918
Dividendos a receber	-	-	-	-	-	7.425
Total créditos com partes relacionadas	5.777	11.487	35.080	-	40.857	53.343
Aplicações financeiras	-	-	-	-	-	6.300
Contas a receber (*)	-	-	-	-	-	11.521
Passivo:						
Empréstimos com partes relacionadas	-	-	-	37.955	37.955	38.243
Outras contas a pagar	-	-	-	17	17	13
Total débitos com partes relacionadas	-	-	-	37.972	37.972	38.256
Depósitos interfinanceiros					-	12.636
					-	12.636
Receitas/despesas:						
Ressarcimento (despesas) com vendas e administrativas					-	22.248
Despesas e receitas financeiras					-	(81)

As despesas administrativas das operações realizadas com a Crediare e a Consórcio Farroupilha referem-se, principalmente, a despesas de natureza corporativa e de infraestrutura operacional, apuradas pelo valor de custo, sem adição de margem de lucro, de acordo com a efetiva utilização destes recursos pelas Instituições.

As contas a pagar de partes relacionadas são, principalmente, decorrentes de operações passivas de recebimentos de CDC e aluguéis de lojas e não estão sujeitas a juros e a prazos de vencimentos determinados.

(*) Corresponde a contas a receber de cartões de crédito e outros recebimentos, não sendo tratados como partes relacionadas por referirem-se a saldo de repasses de terceiros relacionados com a atividade da Companhia, bem como não são eliminados do consolidado.

a. Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração da Administração inclui os conselheiros e diretores. O valor dos honorários consolidado pagos ou a pagar até 31 de dezembro de 2020 foi de R\$2.826 (R\$2.489 em 31 de dezembro de 2019).

b. Empréstimos com partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Em 1 de janeiro	33.476	34.127	38.256	68.160
Empréstimos efetuados durante o exercício	-	-	6.900	1.962
Juros (nota explicativa nº 23)	-	-	979	39
Amortização de empréstimo realizado	1.564	(651)	(7.250)	(26.880)
Juros pagos	-	-	(913)	(5.025)
Em 31 de dezembro	35.040	33.476	37.972	38.256

15 Empréstimos e financiamentos

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Tipos de empréstimos		
Circulante:		
Capital de giro (0,63% a.m.)	124.073	33.746
	124.073	33.476
Não circulante:		
Empréstimos	543.739	34.738
	543.739	34.738
Total de empréstimos	667.812	68.484

- (a) Os vencimentos dos empréstimos e financiamentos não circulantes apresentam a seguinte composição:

Ano de vencimento	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
2022	477.193	14.437
2023	48.286	13.300
2024	18.259	6.999
	543.739	34.738

- (*) Os empréstimos e financiamentos de Capital de giro são provenientes das controladas Lojas Colombo S.A e Colombo Motos S.A. e estão atrelados à taxa de 0,63% a.m. + taxa variável de 100% a 130% do CDI, com vencimento máximo em novembro de 2024. Adicionalmente, a controlada Colombo Motos S.A. firmou contrato de financiamento com o Banco ABC Brasil S.A. em dezembro de 2019, na modalidade 4.131 em Euro totalizando EUR 7.568 com uma taxa de 2,19% a.a. acrescidos de Imposto de Renda 25% reajustado. Esse empréstimo possui Swap a taxa pré-fixada de 8,4% a.a. Esse contrato tem o prazo total da dívida, protege os juros e o principal e foi assinado nos mesmos prazos e

na mesma contraparte da dívida, possuindo vencimento em maio de 2024. São fiadores e principais pagadores: Adelino Raymundo Colombo, Sra. Ruth Evy Franke Colombo, A.R. Colombo S.A e Lojas Colombo S.A.

(b) Abaixo informações complementares do fluxo de caixa das atividades de financiamento.

	Consolidado			
	Empréstimos e Financiamentos	Partes Relacionadas	Arrendamentos financeiros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	68.484	38.256	81.285	113.772
Alterações de caixa	279.267	(350)	(33.526)	60.401
Pagamento de atividades de financiamento	(54.665)	(7.250)	(27.989)	(80.866)
Captação de empréstimos	340.566	6.900	-	146.459
Juros pagos	(6.634)	-	(5.537)	10.729
Alterações que não afetam caixa	320.061	66	23.200	505.359
Adoção Inicial CPC 06 (R2)	-	-	28.483	28.483
Mensuração de novos Contratos - CPC 06 (R2)	-	-	(6.537)	(6.537)
Apropriação de Juros	19.102	66	1.254	6.097
Aquisição de controle (Nota 1.b)	300.959	-	-	477.316
Saldo em 31 de dezembro de 2020	667.812	37.972	70.959	679.532

16 Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis e depósitos judiciais

Em 31 de dezembro estava constituída a provisão para riscos relativos às perdas prováveis estimadas com as ações em curso, como segue:

	Consolidado	
	2020	2019
Em 1º de janeiro	14.290	16.625
Debitado à demonstração do resultado/provisões adicionais	2.009	224
Aquisição de controle (Nota 1b)	15.137	-
Usado durante o exercício (baixa)	(3.975)	(2.559)
Em 31 de dezembro	<u>28.375</u>	<u>14.290</u>

a. Trabalhistas, previdenciárias e cíveis

O Grupo é parte envolvida em processos trabalhistas e cíveis, em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pelo apoio de seus consultores legais externos.

A natureza das obrigações pode ser sumariada como segue:

- Contingências trabalhistas e previdenciárias: correspondem a R\$8.913 em 31 de dezembro de 2020 (R\$9.049 em 31 de dezembro de 2019) e consistem, principalmente, em reclamações de empregados.
- Ações cíveis: as principais ações estão relacionadas a ações judiciais movidas contra a Companhia por clientes. O encargo de provisão é reconhecido no resultado em “Despesas administrativas”. Na opinião de nossos consultores jurídicos, após análise jurídica apropriada, o resultado dessas ações judiciais não originará nenhuma perda significativa além dos valores provisionados em 31 de dezembro de 2020 no montante de R\$1.658 (R\$1.713 em 31 de dezembro de 2019).

b. Contingências possíveis

A Companhia tem passivos contingentes relacionados com ações judiciais decorrentes do curso normal dos negócios no montante de R\$9.341 na área trabalhistas, R\$4.401 na área cíveis e de R\$38.688 na área tributária.

17 Impostos, taxas e contribuições

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Imposto de renda e contribuição social	-	-	105	170
PIS e COFINS	24	21	6.682	7.660
ICMS	-	-	11.367	10.847
Obrigações sociais	19	18	5.609	5.207
Outros	31	5	2.580	500
	74	44	26.341	24.384

18 Tributos parcelados

	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
Parcelamento	31.267	20.269
Total	31.267	20.269
(-) Circulante	5.747	2.374
Não circulante	25.519	17.894

Em 7 de outubro de 2011, a Companhia recebeu lançamento fiscal de IRPJ e CSLL, que teve como base principal o ganho de capital incorrido quando da venda de participação de 50% da Credifar (atualmente Crediare), através de integralização de capital na controlada Josema. Em 2013 a empresa aderiu a reabertura do PAES, com base na Lei 12.865/13, com relação a débitos da referida operação e adicionalmente, em 2014, aderiu ao PAES com base na Lei no 12.996/14, relacionado a um débito de PIS e COFINS. Em adequação a Notificação Prévia emitida pela Secretaria da Fazenda do RS, o Centro de Distribuição de Porto Alegre teve o seu enquadramento alterado para a rotina de ajuste de Complementação/Restituição de ICMS ST,

visto que a sua atividade é predominantemente não varejista. Desta forma, fez-se necessário o reprocessamento de dados desta rotina de 03/2019 a 12/2020 e como resultado chegou-se a um saldo devedor que foi parcelado junto a Sefaz RS, nos termos da IN 45/98

19 Patrimônio líquido

a. Capital social

(i) Ações ordinárias

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, o capital social é dividido em 13.773.438 ações ordinárias sem valor nominal.

(ii) Ações preferenciais

As ações preferenciais terão prioridade na distribuição de um dividendo anual fixo e não cumulativo de 6% (seis por cento) sobre o capital social, em cada exercício, recebendo, todavia, o mesmo dividendo distribuído às ações ordinárias, quando este for superior e gozando, também, dos demais direitos, com exceção do direito de voto.

(iii) Recompra e reemissão de ações (ações em tesouraria)

Em setembro de 2020 conforme previsto no art. 11 alíneas (i) e (m), do estatuto social, foi aprovado a recompra de ações de emissão da própria Companhia de titularidade de acionistas interessados, para manutenção em tesouraria ou posterior cancelamento, sem diminuição do capital social.

b. Reserva de lucros

(i) Reserva para futuro aumento de capital

É constituída para a compra das próprias ações, a ser utilizada para aquisição de ações de emissão da companhia, para cancelamento, permanência em tesouraria e/ou respectiva alienação, prevista no Estatuto Social da Companhia.

(ii) Reserva legal

É constituído à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social observando o disposto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

(iii) Dividendos propostos

É constituído em relação ao excedente de dividendos mínimo de 25% obrigatório conforme previsão legal e aprovado pelos acionistas.

c. Distribuição de resultados

	Controladora e Consolidado
Em 1º de janeiro de 2019	
Lucro líquido do exercício	1.782
Transferência para reserva legal (5%)	(89)
Dividendos mínimos obrigatórios	(424)
Transferência para reserva estatutária	(1.270)
	<hr/>
Em 31 de dezembro de 2019	<hr/> -

	Controladora e Consolidado
Em 1º de janeiro de 2020	
Lucro líquido do exercício	230.958
Transferência para reserva legal (5%)	(11.550)
Dividendos mínimos obrigatórios	(54.852)
Transferência para reserva estatutária	(164.556)
	<hr/>
Em 31 de dezembro de 2020	<hr/> -

20 Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

	2020	2019
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	230.958	1.782
Quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais emitidas (milhares)	<hr/> 13.773	<hr/> 13.773
Lucro básico e diluído por ação	<hr/> 16,77	<hr/> 0,13

Não foi calculado o lucro diluído por ação, visto que a Companhia não possui as ações potenciais com efeito de diluição.

21 Receita

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receita bruta de vendas:				
Vendas de mercadorias	-	-	1.701.196	1.521.964
Receita de aluguel	2.451	2.460	-	-
Prestação de serviços	-	-	68.905	31.440
Receita de juros e similares	-	-	137.986	-
Receitas da intermediação financeira	-	-	<hr/> 23.234	<hr/> 25.207
Total	<hr/> 2.451	<hr/> 2.460	<hr/> 1.931.321	<hr/> 1.578.611
	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Deduções:				
Impostos e contribuições	(227)	(227)	(347.922)	(333.547)
Devoluções e abatimentos	-	-	<hr/> (41.199)	<hr/> (32.710)
	(227)	(227)	(389.122)	(366.257)
Receita líquida de vendas	<hr/> 2.224	<hr/> 2.233	<hr/> 1.542.200	<hr/> 1.212.354

A partir de março de 2019 como resultado de alterações na legislação do ICMS-ST do Rio Grande do Sul, (decreto nº 54.308/2018), o contribuinte substituído apura e toma periodicamente o crédito presumido de ICMS-ST nas compras de mercadorias sujeitas à substituição tributária. A mudança no tratamento contábil dado ao crédito ocasiona um impacto no sentido de reduzir o custo do estoque adquirido e de aumentar o valor do ICMS-ST devido, que passa a ser registrado pelo valor bruto.

22 Custo das mercadorias vendidas

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Custo da mercadoria vendida	-	-	(1.028.950)	(916.467)
Custos dos serviços prestados	(931)	(866)	(2.073)	(1.828)
Ressarcimentos de custos	-	-	25.095	37.446
Bonificações recebidas	-	-	53	362
Total	(931)	(866)	(1.005.876)	(880.580)

23 Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Despesas com salários e encargos	(830)	(868)	(188.258)	(161.182)
Remuneração dos administradores (nota explicativa nº 13)	(36)	(36)	(2.993)	(2.489)
Depreciação e amortização	(57)	(54)	(9.355)	(38.515)
Despesas com aluguel	-	-	(31.212)	(4.820)
Despesas com propaganda	(14)	(19)	(24.174)	(24.183)
Despesas com tarifas de cartões	-	-	(14.305)	(14.840)
Despesas com manutenção	(68)	(153)	(20.245)	(22.930)
Despesas com água, energia elétrica e telefone	(37)	(39)	(6.866)	(8.035)
Remuneração prestação de serviços a terceiros	(495)	(278)	(58.417)	(44.042)
Impostos, taxas e contribuições	(137)	(182)	(17.005)	(10.345)
Despesas com ações cíveis e trabalhistas	-	-	(9.972)	(8.707)
Outras despesas, líquidas	(194)	(326)	(88.302)	(10.348)
Total	(1.868)	(1.955)	(471.104)	(350.435)
Despesas com vendas	-	-	(176.535)	(184.761)
Despesas gerais e administrativas	(1.868)	(1.955)	(294.569)	(165.67)

24 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receitas financeiras:				
Juros recebidos ou a receber	12	2	2.333	2.718
Juros recebidos de partes relacionadas	-	49	-	-
Rendas de aplicações financeiras	-	-	2.941	501
Operação Swap	-	-	20.941	-

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Variações monetárias ativas (*)	15	39	151.949	2.296
Outras	-	-	1.054	1.851
	27	90	179.218	7.365
Despesas financeiras:				
Juros sobre débitos com partes relacionadas	-	-	(979)	(39)
Juros sobre empréstimos e arrendamentos	(1)	-	(28.630)	(13.270)
Juros parcelamento tributos (nota explicativa nº 16)	-	-	(344)	(795)
Descontos concedidos	-	-	(1.049)	(541)
Variações monetárias passivas	-	-	(3.244)	(2.680)
	(1)	-	(34.245)	(17.325)
Resultado financeiro, líquido	26	90	144.973	(9.960)

(*) Valores correspondentes à variação monetária ativa em 2020 tem em sua maior parte o montante de R\$ 151.886 referente a atualização de crédito ao êxito no processo de crédito de PIS e COFINS referente a exclusão do ICMS da base de cálculo transitado em julgado em março de 2020.

25 Outros ganhos (perdas), líquidos

	Controladora e Consolidado			
	2020	2019	2020	2019
Receitas com marketing	-	-	153	850
Aluguéis terceiros	-	-	113	149
Receitas prestação de serviços	-	-	4.340	7.226
Créditos tributários (*)	-	-	144.975	890
Premiações recebidas correspondente bancário	-	-	-	113
Bonificação recebidas de fornecedores - financeiro	-	-	177	518
Receita Subvenção Investimentos	-	-	2.235	-
Receita de bens do imobilizado	-	-	80	5.642
Outras perdas (ganhos)	-	(46)	2.873	6.736
Total	-	(46)	154.945	22.124

(*) Referente ao ganho tributário, com transito julgado em março de 2020 nos processos de crédito de PIS e COFINS referente a exclusão do ICMS da base de cálculo, homologado em julho de 2020, contemplando o valor de R\$ 144.975, registrado na conta "Créditos Tributários" totalizando o valor de R\$ 296.861 de crédito reconhecido principal mais atualização monetária.

A metodologia utilizada para a apuração do crédito foi de considerar o ICMS destacado em nota fiscal, avaliada pela Companhia como a melhor estimativa, considerando o período de janeiro de 2002 até outubro de 2019.

26 Despesa de imposto de renda e contribuição social

A Companhia não apresentou em seus registros fiscais o saldo de impostos diferidos sobre prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social em 2020. O total da base de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social em 31 de dezembro de 2020 monta R\$ 1.360 (R\$ 428 em 31 de dezembro de 2019), a compensar com lucros tributários

futuros e que não possuem prazo para expirar.

A conciliação de despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitadas em resultado é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Lucro (prejuízo) antes da contribuição social e do imposto de renda	230.958	1.782	349.455	(2.121)
Adições (exclusões) permanentes				
Resultados de subsidiárias por equivalência patrimonial	(231.506)	(2.326)	(22.259)	(9.976)
Outras adições permanentes, líquidas	548	544	7.561	827
Base de cálculo	-	-	334.757	(11.270)
Alíquota fiscal combinada - %	34	34	34	34
(Despesa) Receita de imposto de renda e contribuição social	-	-	(113.817)	3.832
Incentivos Fiscais	-	-	1.010	-
(Despesa) Receita de imposto de renda e contribuição social	-	-	(112.807)	3.832
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	-	(27.585)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidas	-	-	(85.222)	3.832
Alíquota fiscal efetiva	-	-	32%	-

27 Seguros

Os imóveis de propriedade da Companhia estão locados à sua controlada Lojas Colombo e a terceiros, que são os responsáveis pela contratação das apólices de seguros, cujos valores globais de cobertura estão demonstrados a seguir:

	Importâncias seguradas
Responsabilidade civil	1.000
Seguro de imóveis e estoques	718.339
Veículos	375
Seguros D&O	35

28 Compromissos

Avais concedidos

A Companhia apresentou aval em empréstimos tomados pelas empresas do Grupo, com saldo em 31 de dezembro de 2020 no montante de R\$ 49.861 para Colombo Motos S.A.